

## NEXOS ENTRE REFORMAS EDUCACIONAIS, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE

*Paulo Magalhães Monard Nascimento  
Cássia Hack*

### Resumo

O presente ensaio objetiva discutir as relações entre reformas educacionais neoliberais, precarização do trabalho e adoecimento docente na educação básica brasileira. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o texto desenvolve-se por meio de um estudo bibliográfico e conceitual. As evidências indicam que as reformas educacionais recentes têm incrementado o processo de precarização do trabalho docente, pela ampliação da jornada laboral e pelo desmonte das condições materiais e simbólicas do exercício da docência. Portanto, considera-se que a expansão do adoecimento docente não se constitui como uma manifestação individual, mas configura a expressão do esgarçamento das condições de trabalho levadas ao limite, sob a lógica do capitalismo neoliberal.

**Palavras-chave:** reformas educacionais; precarização do trabalho; adoecimento docente.

## EDUCATIONAL REFORMS, LABOR PRECARIETY AND TEACHER ILLNESS

### Abstract

The present essay aims to discuss the relationships among neoliberal educational reforms, the precarization of teachers' work, and teacher illness in Brazilian basic education. Grounded in historical-dialectical materialism, the text develops through a bibliographical and conceptual study. The evidence indicates that recent educational reforms have intensified the precarization of teaching work by expanding working hours and dismantling the material and symbolic conditions necessary for the exercise of the teaching profession. Therefore, the expansion of teacher illness is not understood as an individual manifestation but as an expression of the fraying of labor conditions pushed to their limits under the logic of neoliberal capitalism.

**Keywords:** educational reforms; work precarization; teacher illness.

## VÍNCULOS ENTRE REFORMAS EDUCATIVAS, PRECARIZACIÓN LABORAL Y MALESTAR DOCENTE

### Resumen

El presente ensayo tiene como objetivo discutir las relaciones entre las reformas educativas neoliberales, la precarización del trabajo docente y el proceso de enfermarse del profesorado en la educación básica brasileña. Fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico, el texto se desarrolla mediante un estudio bibliográfico y conceptual. Las evidencias indican que las reformas educativas recientes han intensificado la precarización del trabajo docente al ampliar la jornada laboral y dismantelar las condiciones materiales y simbólicas necesarias para el ejercicio de la docencia. Por lo tanto, se considera que la expansión del padecimiento docente no constituye una manifestación individual, sino que expresa el desgaste de las condiciones laborales llevadas al límite bajo la lógica del capitalismo neoliberal.

**Palabras clave:** reformas educativas; precarización del trabajo; enfermedad docente.

## INTRODUÇÃO

As políticas educacionais neoliberais contemporâneas, de acordo com Dardot e Laval (2018), estão produzindo um conjunto de disposições que implicam em transformações na organização do trabalho docente, em especial, a partir da incorporação de valores e princípios do universo fabril e empresarial, como produtividade, eficiência e meritocracia. A partir do pressuposto de que o modo de produção determina historicamente o modo de vida (Marx; Engels, 2007), as expressões produtividade, eficiência e meritocracia devem ser reconhecidas como síntese de mediações ideológicas que, no contexto neoliberal, passaram a definir as perspectivas e a própria dinâmica da vida social.

Nessa medida, a racionalidade do capitalismo neoliberal determina aos sujeitos, como a uma empresa, a maximização dos resultados e a competição desenfreada, como elementos fundastes e organizadores da realidade individual e coletiva (Dardot; Laval, 2018). Por conseguinte, submete as escolas, através das chamadas reformas educacionais, a um modelo de ensino baseado na razão econômica utilitarista próprio da lógica empresarial, reduzindo a instituição escolar a uma engrenagem da economia global, orientada pela eficiência e concorrência radical (Laval, 2018).

Nesse contexto, as distintas dimensões da escola passam a ser tensionadas, com especial implicação sobre o trabalho docente, que vem experimentando um aprofundamento de seu processo de precarização. As principais marcas de tal processo são expressas sobretudo na fragilização das condições trabalhistas e na intensificação da exploração da capacidade produtiva do trabalhador, articuladas à fase mais recente de internacionalização da pressão por produtividade concorrencial de matriz neoliberal (Harvey, 2014; Bechi, Fávero, Almeida, 2025) e de ampliação dos registros de adoecimento docente (Avellar; Fischer, 2023).

Dessa forma, Abreu e Melo (2023) concordam que as reformas educacionais contemporâneas têm agravado a precarização das condições de trabalho docente. Nessa perspectiva, destaca-se a seguinte questão: de que maneira os mecanismos da racionalidade capitalista neoliberal vêm impactando o atual panorama de ampliação do adoecimento docente? Depreendido de tal problema, o presente ensaio, circunscrito à seara da educação básica brasileira, tem como objetivo discutir as relações entre reformas educacionais neoliberais, precarização do trabalho e adoecimento docente.

Do ponto de vista epistemológico, ancorado no materialismo histórico-dialético, o texto desenvolve-se por meio de uma análise conceitual, fundamentada em um estudo bibliográfico, que visa ir além da mera descrição da realidade, ao buscar desvelá-la em sua totalidade e historicidade, considerando que os indivíduos são condicionados por seu entorno social (Marx e Engels, 2007) em especial em função da maneira como organizam seus modos de subsistência (Netto, 2011). Para tanto, segue-se Minayo-Gomez (2011) para o qual o processo saúde-doença não pode ser analisado unicamente a partir de fatores individuais, mas deve ser reconhecido, justamente, a partir das condições concretas de vida e, portanto, também de trabalho dos sujeitos, com base em uma análise historicamente situada e não limitada aos aspectos biológicos ou psicológicos. Nessa direção, o presente ensaio estrutura-se em torno do diálogo com autores como Marx e Engels (2007), Netto (2011), Minayo-Gomez (2011), Laval (2018), Orso (2021), Motta e Andrade (2020), Frigotto, 2018, Piovezan (2017), Antunes (2020), dentre outros, com vista à consolidação de um arcabouço teórico não exaustivo, contudo que alcança os principais elementos sobre trabalho e adoecimento docente em razão das políticas educacionais neoliberais recentes.

## ESTADO E NEOLIBERALISMO

Do ponto de vista histórico, segundo Orso (2021), o liberalismo econômico, como corrente de pensamento que organiza parte significativa das relações na sociedade capitalista, configurou-se em fases distintas. Para esse autor, o liberalismo econômico, em seu momento mais recente, está situado em torno da ideia de que ao Estado cabe subsidiar legal e estruturalmente os fluxos mercadológicos, a fim de apoiar a livre circulação do capital, com desregulamentação e controle de inflação como prioridades. Caracteriza-se, portanto, pelo cenário no qual o Estado assume, de maneira explícita, o papel de protetor e estimulador do mercado, se necessário, em desfavor da proteção social de caráter público.

Sob esse prisma, o neoliberalismo, como designação da atual fase do liberalismo econômico, conforme aponta Orso (2021), apresenta como marca a tendência do Estado atuar de forma a enfraquecer progressivamente o serviço público. Considera-se, assim, o neoliberalismo como um movimento deliberado de retirada do Estado de sua função de proteção social ou o que pode ser chamado de intervencionismo negativo, no qual o Estado esquivava-se de seu papel de ator na garantia do bem comum e atua diretamente no estímulo à circulação do capital.

Trata-se, segundo Gregorut (2025), de uma marcante reconfiguração da atuação do Estado, caracterizada por uma intervenção pactuada em cooperação com o capital financeiro, na direção não de recuos ou ausências, mas de políticas deliberadas, executivas e judiciárias, que viabilizam e favorecem a financeirização e a mercantilização das necessidades sociais. Nessa linha, Gregorut (2025) sustenta que, na realidade, o modelo neoliberal está orientado em função de uma dinâmica estruturada para fragilizar a ação do Estado sobre as demandas por justiça social, na medida em que se torna robusta uma arquitetura estatal ativamente dedicada a promover uma agenda político-social a serviço dos interesses do capital.

Nessa dimensão, a lógica empresarial passa a ser normalizada, para além do aspecto da política econômica, mas como elemento fundante dos mais diversos âmbitos da vida social e individual, a ponto de tornar quase que impossível a contestação da perspectiva neoliberal e impossibilitar qualquer forma de existência que não dialogue com os sentidos do mercado (Chomsky, 2002). Em tais termos, o neoliberalismo pode ser reconhecido como “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio tido como universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2018, p. 16).

## A POLÍTICA REFORMISTA EM FLUXO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Preliminarmente, importa sublinhar, conforme Laval (2018), que nas sociedades de mercado neoliberais os sujeitos e todas as suas atividades estão determinadas em favor da valorização do capital, como perspectiva considerada evidente e imperativa. Nessa direção, Mordente e Portugal (2024) salientam que a racionalidade neoliberal tem invadindo com intensidade crescente o campo educacional, de modo que seja coerente afirmar que a educação contemporânea, enquanto sistema de ensino, vem sendo cada vez mais moldada pelo modo de operação neoliberal.

Para Laval (2018), nesse cenário, o caráter da educação como direito social e ferramenta de difusão científica e cultural cede lugar ao ensino como mercadoria, voltado a atender às demandas do mercado do emprego precarizado e desqualificado, incorporando à escola princípios como competitividade e meritocracia. Laval (2018) ainda aponta que a doutrina dominante no ideal de escola neoliberal está baseada na teoria do capital humano que, conforme seu principal expoente,

Schultz (1973), compreende a educação como investimento individual voltado para o aumento da produtividade e da potencialidade econômica. Portanto, a lógica do capital humano está centrada no acervo de conhecimentos que possuem valor economicamente válido, ou seja, os conhecimentos que carregam valor de mercado, de compra e venda, no âmbito da empregabilidade.

É nessa mediada que a escola passa a focar, em desfavor da formação cultural ampla, habilidades e competências restritas ao cenário do mercado do emprego, na sua estrutura e no seu currículo, sob os signos da concorrência e da produtividade. Na compreensão de Frigotto (2018), submetida à lógica mercadológica, a escola neoliberal desqualifica especialmente a formação da classe dominada, uma vez que reproduz, justifica e fortalece relações capitalistas de exploração, bem como, inviabiliza o acesso dos filhos das classes trabalhadoras aos saberes historicamente reservados à classe dominante, de formação ampla, fragilizando a luta contra a opressão.

Motta e Andrade (2020) explicam a noção de subsunção da educação à forma de mercadoria como significado do fenômeno da mercantilização do ensino. Para essas autoras, trata-se de uma tendência histórica de subsunção do trabalho ao capital que racionaliza a produção do trabalhador a partir de componentes da força de trabalho. Nessa compreensão, algumas qualidades ou capacidades do trabalhador são objetificadas, especialmente as voltadas para adaptação física, cognitiva e psicológica, tornando-se relevantes para o modo de produção de riquezas através do trabalho. Nessa conjuntura, a educação é incorporada concretamente à cadeia produtiva como aparelho capaz de fornecer pessoal devidamente ajustado para exercer determinado papel no ciclo mercadológico.

Ainda conforme Motta e Andrade (2020), nessa ordem, a educação, como elemento efetivamente integrado à cadeia produtora do capital, tornou-se componente essencial e indispensável para a produção da mercadoria força de trabalho. Portanto, nesse processo de produção dessa mercadoria força de trabalho, são consideradas as relações de custos e investimentos que variam de acordo com o grau de complexidade da força de trabalho demandada. Ou seja, nesse processo, a mercadoria força de trabalho concretamente passa a ser concebida como um ativo relevante fundamentalmente no ciclo produtivo como resultado do serviço educacional, considerado a partir do modelo organizacional mercadológico.

Dessa maneira, a formação inclinada a encaixar o indivíduo nos critérios do mercado do emprego é caracterizada pela baixa qualidade, superficialidade, flexibilidade curricular, restrição dos conteúdos clássicos, foco nos elementos essenciais como linguagem e matemática e pela inclusão de novos conteúdos como empreendedorismo e habilidades socioemocionais (Frigotto, 2018). No limite, essa formação evidentemente destinada às camadas mais pobres da população, visa compor os elos mais frágeis da cadeia da empregabilidade, na ocupação dos empregos menos rentáveis, no entanto, atendendo a necessidade das empresas que mais empregam no mercado de trabalho. A escola neoliberal, portanto, consiste em uma instituição integrada ao mercado econômico global, a medida em que cumpre com a função de adequar os jovens para comporem as linhas imediatas das reservas de emprego flexível e precarizado (Frigotto, 2018).

Em outro sentido, ainda relacionado à influência da mais recente fase da economia de mercado, destaca-se a aproximação da educação ao chamado gerencialismo na administração pública que, segundo Hypólito (2010), constitui um movimento orientado a reorganizar a educação básica a partir dos princípios de eficiência e produtividade. Tal perspectiva gerencial, no âmbito da política educacional, repercute diretamente nos fundamentos e a rotina da instituição escolar, implicando, para além do currículo, aspectos como gestão educacional, organização pedagógica, processos avaliativos e trabalho docente.

Nesse quadro, Ball (2008) aponta duas dimensões centrais: a primeira refere-se ao paradigma da gestão escolar como modelo que subordina a administração pública à lógica do gerencialismo, reduzido à busca pela eficiência e por resultados considerados de excelência para a escola; e a segunda, decorrente da primeira, diz respeito à implantação de mecanismos de controle e regulação, materializados em dispositivos da chamada *accountability*, os quais focam a mensuração da qualidade do desempenho educacional através de processo de padronização e, sobretudo, da avaliação externa em larga escala.

Há, ainda, um outro âmbito da educação capitalista neoliberal, expressa na aproximação da escola pública à lógica mercantil, da oferta de produtos e serviços de ensino passíveis de comercialização. Em convergência com Ball (2012), a educação vem se configurando como um amplo campo de negócios no qual principalmente conglomerados empresariais passaram a atuar, especialmente, através de parcerias estratégicas com instituições públicas, reestruturando sistema de ensino. Nessa direção, a agenda global tem contribuído para a intensificação de processos de privatização da educação por meio da tendência crescente à terceirização da gestão de unidades escolares e à comercialização de serviços educacionais. Segundo Caldas (2021), trata-se de um fenômeno de caráter internacional marcado pela proliferação de organizações de cunho privado no cenário de educação pública, inclusive visando a disputa pelo fundo público e pelo direcionamento da política educacional.

De acordo com Caldas (2021), longe do discurso da neutralidade, da modernização, da inovação ou do aprimoramento técnico, a lógica neoliberal global no plano educacional é fruto da imposição do mercado do capital financeiro internacional, que remodela o próprio papel da escola na sociedade contemporânea e desqualifica a educação no seu sentido mais amplo, especialmente quando se considera sua contribuição no agravamento de desigualdades e injustiças sociais. A agenda educacional neoliberal, diretamente afinada aos marcadores do mercado, como mecanismo de conformação social que normaliza as crises socioeconômicas através da internalização do sentimento de responsabilidade individual, fragiliza o já precarizado ensino público, implicando diretamente a qualidade da educação ofertada às populações mais carentes, em especial em países como o Brasil (Caldas, 2021).

Nas últimas décadas, o Brasil vem experimentando o resultado prático da acentuação de transformações incidentes nas políticas educacionais, orientadas pela racionalidade neoliberal. As chamadas reformas neoliberais na educação nacional, impulsionadas pela mais recente onda liberal global, envolve a articulação de atores governamentais e empresariais, nacionais e internacionais, em uma agenda estratégica comum voltada à concepção tecnocrata e empresarial do sistema de ensino (Muylaert *et al.*, 2023).

Os principais expoentes desse movimento, que compreendem a mercantilização da educação, são as reformas no Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Reforma do Ensino Médio tem como principais marcas a flexibilização da matriz curricular, ao criar itinerários formativos alternativos, e a supervalorização de conteúdos escolares de formação elementar, como matemática e língua portuguesa (Brasil, 2017). Dessa maneira, fica evidente o alinhamento com as demandas por formação de mão de obra minimamente qualificada, utilitarista, limitada ao saber fazer e subordinada ao padrão do modo de produção capitalista (Araujo, 2023), em detrimento da formação geral de matriz curricular voltada à difusão cultural e científica.

Já a BNCC altera e define o conjunto progressivo de aprendizagens, de maneira a orientar currículos e projetos pedagógicos dos sistemas e redes de ensino de todas as unidades da federação (Brasil, 2018). A BNCC compreende, dessa feita, um padrão nacional de conhecimentos a serem ensinados ano a ano, nas unidades escolares, em todas as etapas da educação básica, na perspectiva

de Silva (2024, p. 22), de modo a valorizar uma concepção particular do mundo, própria do pragmatismo produtivo para o mercado de trabalho, no qual o ensino representa um “meio para a formação de indivíduos capazes de se adaptar rapidamente às mudanças no mundo do trabalho, demonstrando flexibilidade e capacidade de lidar com diferentes tarefas e demandas”.

Em síntese, segundo Barbosa, Silva e Mota (2022), tanto a Reforma do Ensino Médio quanto a BCNN, tiveram um processo de criação e tramitação conturbado e marcado por contradições. Contudo, seus principais destaques estão na centralidade do discurso das competências, que reduzem e instrumentalizam o currículo escolar. Barbosa, Silva e Mota (2022) reconhecem que o modelo curricular focado na prescrição de competências em torno do eixo saber-fazer, da maneira como estão a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, está diretamente alinhado a um processo formativo de preparação para as fileiras primeiras do emprego, de maneira a confirmar a incorporação dos paradigmas dos setores empresariais e de mercado para as escolas da classe trabalhadora.

## ENSINO E TRABALHO DOCENTE: DOS DESCAMINHOS AO ADOECIMENTO

De maneira concreta, é possível situar implicações diretas da escola contemporânea sobre a organização do exercício profissional pedagógico, principalmente no processo precarização do trabalho, reconhecido como uma tendência basilar da pauta neoliberal sobre a instituição escolar. Para Antunes (2020), a precarização está inserida em um processo estrutural mais amplo da reorganização institucional da atual fase do capitalismo que demanda novas formas de contratação e manutenção dos vínculos trabalhistas. As características dessa modificação são comuns aos trabalhadores dos diversos segmentos produtivos, alcançando inclusive os aspectos do trabalho docente.

De acordo com Neta *et al.* (2020), no Brasil, o fenômeno da precarização do trabalho intensificou-se especialmente entre as décadas de 1990 e 2000, em virtude das reformulações neoliberais sobre as políticas públicas de cunho social. Para Piovezan (2017), a precarização do trabalho compreende uma tendência do universo produtivo capitalista, que apresenta como principais elementos constitutivos a flexibilização e intensificação do trabalho, a flexibilização dos vínculos de contratação, o arrocho salarial e a perda de autonomia sobre o processo de trabalho. Desta feita, as principais marcas da precarização do trabalho sobre a atividade docente, especialmente na realidade brasileira, refletem-se concretamente na prática profissional a partir da ampliação dos contratos temporários, sem estabilidade e garantias trabalhistas, do aumento das jornadas de trabalho e das atribuições pedagógicas, da sobrecarga de atividades, dos salários incompatíveis com a complexidade da carreira profissional, da obrigatoriedade de cumprimento de metas e do baixo investimento em infraestrutura institucional e pedagógica.

Como elemento central da precarização do trabalho docente, cabe destacar a intensificação do trabalho que envolve normalmente um processo pelo qual as exigências, o controle e a pressão sobre o resultado do trabalho do professor são ampliados, em descompasso com os recursos estruturais e pedagógicos disponíveis, o tempo de trabalho efetivamente remunerado e a valorização profissional. Na prática, a intensificação do trabalho docente pode ser medida pela “ampliação no número de aulas lecionadas semanalmente, escolas, turnos e, por conseguinte, a quantidade de alunos” (Piovezan, 2017, p. 56). Essa dinâmica compromete a qualidade do ensino, bem como impacta diretamente na saúde do próprio professor.

Já Antunes (2020) destaca a intensificação do trabalho como estruturante ao modo de produção capitalista, na condição de ferramenta de aumento da produtividade dentro do processo

de ampliação da exploração do trabalho. Nessa linha, Frigotto (2018) entende a intensificação do trabalho docente como consequência direta das reformas neoliberais na educação, que passam a tratar a escola como empresa e o docente como fornecedor de serviços de ensino. Segundo esse autor, a lógica da responsabilização, da meritocracia e da avaliação em larga escala são responsáveis por um processo de ampliação da precarização do trabalho que contribui diretamente para sofrimento e adoecimento docente. Estudos como os de Fanizzi (2023), Cunha et al. (2024) e Rocha e Nogueira (2020) têm confirmado essa tese, uma vez que seus resultados ajudam a concluir que parte desses mecanismos de controle, regulação e produtividade escolar tendem a alargar formalmente a escala de atuação do profissional da educação, na direção de novas atribuições e demandas de trabalho, inclusive sem prever ampliação remuneratório.

Nessa medida, o adoecimento docente, principalmente na educação básica, tem se tornado uma realidade alarmante nos últimos anos e, na compreensão de Castro (2020), está associado à precarização das condições de trabalho, notadamente, em razão dos parâmetros da mais recente onda neoliberal. Em síntese, o fenômeno da precarização na sua relação com o adoecimento docente está assentado nos mesmos eventos que acometem o trabalhador no contexto produtivo geral, tais como a intensificação da jornada, a desvalorização simbólica e material e a escassez de políticas de valorização e amparo (Antunes, 2020; Frigotto, 2018).

Especificamente, na saúde docente, os impactos do modelo da escola neoliberal podem ser identificados por meio de marcadores do adoecimento docente, segmentados sobretudo em aspectos físicos e mentais. Acerca dos marcadores físicos, os principais sinais do adoecimento são as mazelas relacionadas a distúrbios vocais, dores musculoesqueléticas crônicas, cefaleias e distúrbios intestinais, que geralmente estão associados a más condições de trabalho, como volume excessivo de aulas, salas superlotadas, ausência de equipamentos adequados e infraestrutura precária (Brasil, 2020).

Cabe, nesse caso, um destaque para a relevância dos chamados Distúrbios de Voz Relacionado ao Trabalho que, segundo Porto, Sampaio e Batizo (2024), consistem em qualquer forma de desvio vocal que diminua, comprometa ou impeça a atividade profissional ou a comunicação do trabalhador, estando relacionado, como premissa, a fatores organizacionais e ambientais do trabalho. Para esses autores, os docentes de escolas públicas são o grupo profissional mais suscetível a tais distúrbios, à medida que mais de 60% dos professores relatam ter experimentado problemas de perda vocal, relacionada a aumento de horas trabalhadas, ambiente laboral precário, ruidosos e desprovidos de recursos adequados.

No que se refere aos marcadores psicológicos, Ribas et al. (2025) destacam um conjunto expressivo de estudos que evidenciam a elevada incidência e prevalência de transtornos ou patologias relacionadas à saúde mental dos docentes, especialmente ansiedade, depressão, bem como, níveis elevados de estresse e Síndrome de Burnout. Silva et al. (2024) salientam a maior probabilidade de profissionais do ensino de apresentarem problemas como a Síndrome de Burnout, definida classicamente por Maslach e Jackson (1986) como a reação à condição de esgotamento físico e mental experimentada por trabalhadores, configurando-se, enquanto síndrome psicológica, por três dimensões: a) exaustão emocional; b) despersonalização — esgotamento profissional e; c) baixa realização pessoal.

No entanto, ampliando essa definição, Dejours (1992) e Seligmann-Silva (2011) apontam a Síndrome de Burnout como expressão do sofrimento ético e moral causado pela desumanização do trabalho, destacadamente em situações relacionadas à sobrecarga e intensificação do trabalho, próprias do cenário laboral neoliberal. Logo, nessa direção, é importante demarcar que em uma perspectiva mais profunda a Síndrome de Burnout vem sendo reconhecida a partir de marcadores

sociais, de maneira a indicar sua relação com componentes como violências simbólica, institucional e organizacional exercidas sobre o trabalhador, minimizando a análise unicamente baseada nos aspectos psicológicos (Seligmann-Silva, 2011). Nessa perspectiva, evidencia-se a relação direta da Síndrome de Burnout com as transformações produzidas no âmbito das reformas educacionais neoliberais sobre o trabalho docente, especialmente considerando as mudanças sobre a organização do trabalho que acentuam suas condições de precarização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, buscou-se sublinhar que as reformas da educação, na esteira do ideal neoliberal, têm operado um processo deliberado de precarização do trabalho docente. Esse processo pode ser ilustrado pela intensificação do trabalho, sobrecarga de jornada e desmonte das condições materiais e simbólicas do exercício da docência. Em uma perspectiva crítica, pode-se compreender que o adoecimento docente, visível na forma de transtornos físicos e emocionais, emblema, nesse contexto, a manifestação humana mais sensível das tensões e dos sofrimentos provocados pelo trabalho no mundo neoliberal.

Fica ainda evidente que o fenômeno do adoecimento docente e sua ampliação não constituem uma manifestação isolada e individual, mas compreendem exatamente o esgarçamento, sob as prerrogativas do capitalismo na sua fase ultraliberal, das condições de trabalho ao seu limite. Como decorrência desse entendimento, vale constatar que o enfrentamento desse contexto de adoecimento não pode ocorrer unicamente no âmbito da clínica médica e dos consultórios de atendimento individualizado. Necessariamente, um caminho para superação dessa realidade passa pela conscientização acerca do papel social da escola, como instituição pública, democrática e socialmente voltada à transformação da realidade social de desigualdades. Nesse horizonte, a busca por denunciar as repercussões da escola neoliberal sobre a saúde docente pode ser uma estratégia relevante.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Roberta Melo de Andrade; MELO, Estefani dos Reis. Reflexões sobre o mal-estar docente no campo da Educação Infantil. *Olhar de Professor*, v. 26, p. 1-23, 2023. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article>. Acesso em 2 jun. 2025.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Romildo. A reforma do ensino médio (lei 13.415/17), as competências na escola e crise do capital. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 15, n. 2, p. 78-95, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54774>. Acesso em 2 jun. 2025.

AVELLAR, Ella Triumpho; FISCHER, Frida Mariana. Agravos à saúde dos Professores no olhar de uma médica do trabalho. In: LIMA, Cleiton; REIMBERG, Cristiane; SILVA, Jeferson; LORENZI, Ricardo (org.). *Seminário Trabalho e Saúde dos professores: precarização, adoecimento e caminhos para mudança*. São Paulo: Fundamento, 2023.

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2008. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 nov. 2025.

BALL, Stephen. *Educação global S.A.: novas redes de políticas públicas educacionais*. Penso, 2012.

BARBOSA, Renata Peres; SILVA, Monica Ribeiro da; MOTTA, Lucas Gabriel. A BNCC do Ensino Médio: das controvérsias no processo de elaboração ao texto aprovado. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 31, e12745, 2022. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S223820972022000100131&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223820972022000100131&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 21 nov. 2025.

BECHI, Diego; FÁVERO, Altair Alberto; ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto de. Racionalidade neoliberal e trabalho docente: interferência da cultura performativa nas condições de trabalho de professores e professoras. *Retratos da Escola*, v. 17, n. 38, 2023. Disponível em <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1518>. Acesso em 18 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 13 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 13 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Saúde do Professor: Caderno de Saúde do Trabalhador*. Brasília: MS, 2020.

CALDAS, Andrea do Rocio. Atuação empresarial na educação pública em países da América Latina e a materialidade da disputa de hegemonia. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 15, 2021. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/80030>. Acesso em 13 jul. 2025.

CASTRO, Vanessa Mariano. Trabalho e saúde: estudo sobre o adoecimento docente. *Temas em Educação e Saúde*, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 62–83, 2020. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13489/9307>. Acesso em 29 jul. 2025.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a Ordem Global*. Tradução Pedro Jorgensen. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CUNHA, Saulo Mendes; SOBRINHO, José de Andrade; SILVEIRA, Aparecida; SAMPAIO, Cristina. Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente. *Educação em Revista*, v. 40, p. e36820, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjkkxVDCy7vPXsRWJ4HgB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 nov. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

FANIZZI, Caroline. *O sofrimento docente: apenas aqueles que agem podem também sofrer*. São Paulo-SP: Contexto, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: críticas às reformas empresariais da educação*. Petrópolis: Vozes, 2018.

GREGORUT, Adriana Silva. O papel do Estado neoliberal na desuniversalização dos direitos sociais. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 02, p. 1-22, 2025. Disponível em

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/88982>. Acesso em 19 nov. 2025.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2014.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/7Wj4ZqtJgQDm55nTFxx3PrN/?format=html&lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2025.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASLACH, Christina; JACKSON, Susan. *Burnout Inventory Manual*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1986.

MINAYO-GOMEZ, Carlos. Produção de conhecimento e intersectorialidade em prol das condições de vida e de saúde dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 8, p. 3361-3368, 2011. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/csc/2011.v16n8/3361-3368/pt>. Acesso em 22 abr. 2025.

MORDENTE, Giuliana Volfzon; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Neoliberalismo escolar: Subjetivações submissas da educação brasileira. *Olhar de Professor*, v. 27, p. 1-25, 2024. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23175>. Acesso em 30 jul. 2025.

MOTTA, Vânia Cardoso; ANDRADE, Maria Carolina Pires. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. e224423, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 abr. 2025.

MUYLAERT, Naira; SEQUEIRA, Deisilucy de Aragão; LAGE, Alda Siqueira; SOUZA, Tatiane Rodrigues. BNCC: Coalizões em Disputa na Formulação da Política Curricular Nacional. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, 2023. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180938762023000100309&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180938762023000100309&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 13 jul. 2025.

NETA, Abília Ana de Castro; MOURA, Juliana da Silva; CARDOSO, Berta Leni Costa.; NUNES, Claudio Pinto. Contexto da precarização docente na educação brasileira. *Rev. Exitus*, Santarém, v. 10, e020037, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v10/2237-9460-exitus-10-e020037.pdf>. Acesso em 22 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORSO, Paulino José. O liberalismo em perspectiva histórica: da ideia de liberdade à devastação ultraliberal. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/59817>. Acesso em 22 jul. 2025.

PIOVEZAN, Patrícia Regina. *As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal*. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

PORTO, Vanessa Fernandes de Almeida; SAMPAIO, Josineide Francisco; BOTAZZO, Carlos. Adoecimento vocal no trabalho em professores da rede pública de ensino. *Distúrbios da Comunicação*,

v. 36, n. 4, p. e67743, 2024. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/67743>. Acesso em 29 jul. 2025.

RIBAS, Nathalie Yelena Plucinski Cardoso; BARBOSA, Amanda Machado; BUENO, Lidiele Roque; LARA, Simone; GRAUP, Susane. Adoecimento de professores do ensino básico e fatores associados: uma revisão de literatura. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 3, p. e16116, 2025. Disponível em [ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/16116](https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/16116). Acesso em 24 jul. 2025.

ROCHA, Maria Aparecida Rodrigues da; NOGUEIRA, Vera Lúcia. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-18, 2020. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 19 nov. 2025.

SCHULTZ, Theodore. *O capital humano: investimento em pesquisa e educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Vergas Vitória Andrade. A favor de quem a BNCC trabalha? A política do conhecimento oficial à luz das teorias críticas e sociológicas do currículo. *e-Curriculum*, v. 22, 2024. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61474/46447>. Acesso em 2 jun. 2025.

SILVA, Alda Abreu; OLIVEIRA, Eliany; CORDEIRO, João de Paulo; SOUZA, Alexia; PEREIRA, Patrícia; NETA, Regina Alves. Síndrome de Burnout em professores e suas causas: uma revisão interativa. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 48, n. 2, p. 117-128, 2024. Disponível em <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/4067/3468>. Acesso em 24 nov. 2025.

*Submetido em junho de 2025*  
*Aprovado em dezembro de 2025*

### Informações das autoras

Paulo Magalhães Monard Nascimento  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)  
E-mail: [ef.paulonascimento@gmail.com](mailto:ef.paulonascimento@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9019-1107>  
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3172412179102671>

Cássia Hack  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)  
E-mail: [cassia.hack@gmail.com](mailto:cassia.hack@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9238-3819>  
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6657601900162788>